



Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética 3

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

**Ensino e Aprendizagem como Unidade
Dialética**
3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E59	Ensino e aprendizagem como unidade dialética 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ensino e Aprendizagem Como Unidade Dialética; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-482-5 DOI 10.22533/at.ed.825191507 1. Aprendizagem. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Campones, Kelly Cristina. CDD 371.102
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book intitulado como: “Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética”, apresenta três volumes de publicação da Atena Editora, resultante do trabalho de pesquisa de diversos autores que, “inquietos” nos seus mais diversos contextos, consideraram em suas pesquisas as circunstâncias que tornaram viável a objetivação e as especificidades das ações educacionais e suas inúmeras interfaces.

Enquanto unidade dialética vale salientar, a busca pela superação do sistema educacional por meio das pesquisas descritas, as quais em sua maioria concebem a importância que toda atividade material humana é resultante da transformação do mundo material e social. Neste sentido, para melhor compreensão optou-se pela divisão dos volumes de acordo com assunto mais aderentes entre si, apresentando em seu volume I, em seus 43 capítulos, diferentes perspectivas e problematização acerca do currículo, das práticas pedagógicas e a formação de professores em diferentes contextos, corroborando com diversos pesquisadores da área da educação e, sobretudo com políticas públicas que sejam capazes de suscitar discussões pertinentes acerca destas preposições.

Ainda, neste contexto, o segundo volume do e-book reuniu 29 artigos que, constituiu-se pela similaridade da temática pesquisa nos assuntos relacionados à: avaliação, diferentes perspectivas no processo de ensino e aprendizagem e as Tecnologias Educacionais. Pautadas em investigações acadêmicas que, por certo, oportunizará aos leitores um repensar e/ou uma amplitude acerca das problemáticas estudadas.

No terceiro volume, categorizou-se em 25 artigos pautados na: Arte, no relato de experiências e no estágio supervisionado, na perspectiva dialética, com novas problematizações e rupturas paradigmáticas resultante da heterogeneidade do perfil acadêmico e profissional dos autores advindas das temáticas diversas.

Aos autores dos diversos capítulos, cumprimentamos pela dedicação e esforço sem limites. Cada qual no seu contexto e pautados em diferentes prospecções viabilizaram e oportunizaram nesta obra, a possibilidade de ampliar os nossos conhecimentos e os diversos processos pedagógicos (algumas ainda em transição), além de analisar e refletir sobre inúmeras discussões acadêmicas conhecendo diversos relatos de experiências, os quais, pela soma de esforços, devem reverberar no interior das organizações educacionais e no exercício da constante necessidade de pensar o processo de ensino e aprendizagem como unidade dialética.

Cordiais saudações e meus sinceros agradecimentos.

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA REDE PRÓPRIA DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA E NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO	
<i>Bráulio Brandão Rodrigues</i> <i>Nathália Ramos Lopes</i> <i>Daniela Cristina Tiago</i> <i>Danianne Marinho e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915071	
CAPÍTULO 2	12
A EXPERIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM INVESTIGATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO QUÍMICO	
<i>Paulo Vitor Cardoso Figueiredo</i> <i>Angelita Silva Machado</i> <i>Samuel Robaert</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915072	
CAPÍTULO 3	21
AÇÃO EDUCACIONAL PARA CONTROLE DA GLICEMIA SANGUÍNEA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Sally Cristina Moutinho Monteiro</i> <i>Ilka Kassandra Pereira Belfort</i> <i>Leticiane Teixeira Castro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915073	
CAPÍTULO 4	33
APLICAÇÃO DE METODOLOGIA COM ENFOQUE CTS NO CURSO DE FARMÁCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Kione Baggio Bordignon</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915074	
CAPÍTULO 5	38
ARTE-PERFORMANCE: EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>José Valdinei Albuquerque Miranda</i> <i>Carla Alice Faial</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915075	
CAPÍTULO 6	51
AS “TRÊS MARIAS” E O SOL: RECURSO DIDÁTICO À LUZ DA EPISTEMOLOGIA DE GASTON BACHELARD	
<i>Marcelo Antonio Amorim</i> <i>Edite Maria dos Anjos</i> <i>Virgínia Marlene Correia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915076	

CAPÍTULO 7	57
CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO	
<i>Marize Lyra Silva Passos</i>	
<i>Danielli Veiga Carneiro Sondermann</i>	
<i>Isaura Alcina Martins Nobre</i>	
<i>Mariana Biancucci Apolinário Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915077	
CAPÍTULO 8	71
DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS NO ESPAÇO ESCOLAR: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS – ARTE, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
<i>Mikael Miziescki</i>	
<i>Marcelo Feldhaus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915078	
CAPÍTULO 9	76
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O IFPR – CAMPUS PARANAÍ EM CONTEXTO	
<i>Valeriê Cardoso Machado Inaba</i>	
<i>José Barbosa Dias Júnior</i>	
<i>Antão Rodrigo Valentim</i>	
<i>Rafael Petermann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915079	
CAPÍTULO 10	86
ESCOLA E UNIVERSIDADE: FORTALECENDO DIÁLOGOS ATRAVÉS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
<i>Edileuza Dias de Queiroz</i>	
<i>Renato Gadioli Augusto</i>	
<i>Guilherme Preato Guimarães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150710	
CAPÍTULO 11	97
EXPERIMENTOS INVESTIGATIVOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	
<i>Raquel Pereira Neves Gonçalves</i>	
<i>Mara Elisângela Jappe Goi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150711	
CAPÍTULO 12	107
FIOS E TRAMAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR: SABERES E FAZERES NA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	
<i>Regina Celi Frechiani Bitte</i>	
<i>Vilmar José Borges</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150712	

CAPÍTULO 13	122
HIDROGÊNIO: UM OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DE QUÍMICA ORGÂNICA	
<i>Ingrid Souza Brikalski</i>	
<i>Denis da Silva Garcia</i>	
<i>Claiton Marques Correa</i>	
<i>Bruno Siqueira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150713	
CAPÍTULO 14	128
INTEGRANDO JUVENTUDE E INFÂNCIA: ENSINANDO E APRENDENDO EM DIFERENTES CONTEXTOS	
<i>Camila Ribeiro Menotti</i>	
<i>Elexandra Sueli Wagner</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150714	
CAPÍTULO 15	137
METODOLOGIA DE PROJETOS E A EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Andréa Cristina da Silva Viana</i>	
<i>Raquel Aparecida Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150715	
CAPÍTULO 16	144
O ESTÁGIO COMO ENCONTRO NOS CURSOS DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA	
<i>Sandra Regina dos Reis</i>	
<i>Klaus Schlünzen Junior</i>	
<i>Okçana Battini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150716	
CAPÍTULO 17	158
OS DESAFIOS DAS PESQUISAS NO CAMPO DA ARTE E DA EDUCAÇÃO: CARTOGRAFANDO POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS	
<i>Aurélia Regina de Souza Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150717	
CAPÍTULO 18	167
POBREZA DE EXPERIÊNCIA CONTRAPONDO-SE AO ACÚMULO DE INFORMAÇÕES NO SÉCULO XXI, À LUZ DAS TEORIAS DE JORGE LARROSA E WALTER BENJAMIN	
<i>Mariluci Almeida da Silva</i>	
<i>Cintia Luzana da Rosa</i>	
<i>Janine Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150718	
CAPÍTULO 19	172
RECICLAGEM DE MATERIAIS – UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO	
<i>Venina dos Santos</i>	
<i>Maria Alice Reis Pacheco</i>	
<i>Magda Mantovani Lorandi</i>	

Paula Sartori

DOI 10.22533/at.ed.82519150719

CAPÍTULO 20 186

REESTRUTURAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA

Eliane Paganini da Silva

DOI 10.22533/at.ed.82519150720

CAPÍTULO 21 199

TEXTOS ESCRITOS- O DIZER ÀS MARGENS: O DITO E O NÃO DITO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

Vânia Carmem Lima

DOI 10.22533/at.ed.82519150721

CAPÍTULO 22 206

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E O TRATO COM A DIVERSIDADE NA ESCOLA PÚBLICA: TAREFAS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Paulo Antônio dos Santos Júnior

Maria Jucilene Lima Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.82519150722

CAPÍTULO 23 222

ARTE AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA: REVENDO A LITERATURA, ENTENDENDO OS PERCURSOS

Lucas de Vasconcelos Soares

Maria Antonia Vidal Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.82519150723

CAPÍTULO 24 228

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: EXPERIÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA EM EAD

Rosalva Pereira de Alencar

Waghma Fabiana Borges Rodrigues

Alexandre Ferreira Alencar

Viviane Rodrigues Mendes

Thiago Silva Garcia Duarte

DOI 10.22533/at.ed.82519150724

CAPÍTULO 25 240

INTERNET Y CINE COMO ALIADOS EN LA ENSEÑANZA DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN: UNA EXPERIENCIA EN BRASIL

Antônia de Araújo Farias

DOI 10.22533/at.ed.82519150725

SOBRE A ORGANIZADORA..... 249

FIOS E TRAMAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR: SABERES E FAZERES NA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Regina Celi Frechiani Bitte

Universidade Federal do Espírito Santo – Centro
de Educação
Vitória-ES

Vilmar José Borges

Universidade Federal do Espírito Santo – Centro
de Educação
Vitória-ES

RESUMO: O presente artigo tem por principal objeto o Estágio Supervisionado Curricular nos cursos de formação docente e objetiva traçar um contraponto entre o prescrito e o efetivamente objetivado. Traça um paralelo entre a legislação educacional que normatiza a disciplina e as práticas, saberes e fazeres docentes realizados em quatro cursos de licenciaturas em Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo. Nesse sentido, toma-se o Estágio Supervisionado Curricular como espaço de reflexões das observações e vivências realizadas nesse campo, em busca de uma integração com o processo de formação do futuro professor. Sustentados em uma pesquisa de abordagem qualitativa, cuja metodologia se apoiou nos pressupostos da História Oral Temática, busca por narrativas de professores responsáveis pela disciplina nas licenciaturas em História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais. No que se refere à sua objetivação na

formação docente, a análise histórica de seu processo na Universidade Federal do Espírito Santo, desvela na sua regulamentação, a instituição de preceitos a serem seguidos. No entanto, entre o previsto e aquilo que tem sido efetivado, conforme vozes de seus docentes, vislumbram-se lacunas a serem mitigadas. Não obstante, a pesquisa revela que, para além dos inúmeros limites e obstáculos detectados, saberes e fazeres vem sendo implementados aqui e acolá. Portanto, sua sistematização e socialização pode contribuir para que tais práticas positivas não fiquem confinadas aos segredos das salas de aula, contribuindo, quiçá, para estimular a produção, reprodução e mobilização de outros tantos saberes, em busca da melhoria na qualidade da formação e ação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Curricular Supervisionado; formação docente; prática docente.

ABSTRACT: The main objective of this article is the Supervised Curricular Internship in teacher training courses and aims to draw a counterpoint between the prescribed and the effectively objectified. It draws a parallel between the educational legislation that regulates the discipline and the practices, knowledges and professors made in four undergraduate courses in Human Sciences of the Federal University of

Espírito Santo. In this sense, we take the Supervised Curricular Internship as a space for reflections of the observations and experiences carried out in this field, in search of an integration with the formation process of the future teacher. Based on a qualitative research, whose methodology was based on the assumptions of Oral History Thematic, search for narratives of teachers responsible for the discipline in the degrees in History, Geography, Philosophy and Social Sciences. With regard to its objectification in teacher education, the historical analysis of its process at the Federal University of Espírito Santo reveals in its regulation, the institution of precepts to be followed. However, between what has been foreseen and what has been accomplished, according to the voices of its teachers, gaps are to be mitigated. Nevertheless, the research reveals that, beyond the numerous limits and obstacles detected, knowledge and actions have been implemented here and there. Therefore, its systematization and socialization can contribute to the fact that such positive practices are not confined to the secrets of classrooms, perhaps contributing to stimulate the production, reproduction and mobilization of other knowledge in order to improve the quality of training and action teacher.

KEYWORDS: Supervised Curricular Internship; teacher training; teaching practice.

1 | FIOS INICIAIS...

O Estágio Supervisionado Curricular, por ser um “...componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico” (BRASIL, 2015), se apresenta como uma disciplina de extrema importância no processo de formação docente. Assim, a busca pela implementação das propostas prescritas para tal disciplina, que visa a dialética relação teoria e prática na formação docente, acarreta inúmeros desafios para os professores que a ministram.

Dentre tais desafios destacamos, de imediato, o de subsidiar os licenciandos com as informações mínimas e necessárias que lhes possibilitem análises e reflexões acerca de toda a complexidade que envolve o processo de ser/estar professor. Esse desafio se intensifica e ganha maiores proporções ao considerarmos que o Estágio Supervisionado Curricular, como bem enfatizam Pimenta e Lima (2010), objetiva inserir o formando no campo de trabalho, com o intuito de experimentar e exercitar a profissão, tomando as discussões e reflexões decorrentes de tal inserção, como subsídios que integrem o processo de formação do futuro professor. Isso significa conceber o campo de atuação no qual está inserido como objeto de análise, de investigação, ou seja, como “campo de conhecimento” (PIMENTA, LIMA, 2010, p.24).

Essa concepção de Estágio Supervisionado Curricular vem ganhando forma ao longo do processo histórico da legislação educacional brasileira. Portanto, a compreensão da importância e das contribuições atribuídas ao Estágio Supervisionado Curricular na formação docente, bem como os esforços por desvelar os saberes e os

fazeres dos sujeitos diretamente envolvidos com sua implementação, requer, em um primeiro momento, a análise e compreensão do processo histórico de instituição dos cursos de formação desses profissionais.

Nesse cenário, para uma melhor compreensão das contribuições, saberes e fazeres acerca do Estágio Supervisionado Curricular nos cursos de licenciatura em Ciências Humanas, eleitos como nosso universo de pesquisa, fez-se necessário um breve resgate histórico da criação da Universidade Federal do Espírito Santo. Sua gênese está na Lei 550, de 07 de dezembro de 1951, quando o então governador Jones dos Santos Neves, criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo como modelo a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro (FACULDADE DE FILOSOFIA, CÊNCIAS E LETRAS, 1953, p. 1).

Em sua fase inicial, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, atendia apenas à formação de bacharéis. Portanto, conforme assevera Bitte (2001), aqueles que ao concluíssem os cursos de bacharelado e desejassem obter a licenciatura, buscavam o fazer na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro, seguindo o famoso Esquema 3 + 1, que, segundo Scheibe (1983), a partir do Decreto Lei nº 1190, de 1939, previa para as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras uma seção de “Didática”, destinada a habilitar os licenciados a lecionar no ensino secundário. Alunos, após obterem o título de bacharel e que desejassem ser professores, podiam cursar, em mais um ano, o “Curso de Didática”, sendo-lhes, então, concedido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formavam o seu curso de bacharelado.

De acordo com Borgo (1995, p.18), no ano de 1954, decorrente da Lei nº 806, foi criada a Universidade Estadual do Espírito Santo. Mesmo assim ainda não contemplava a formação de professores, continuando a forçar tais profissionais a buscarem sua formação no vizinho Estado do Rio de Janeiro.

Até então, não existia o curso de Didática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em decorrência disso e com o objetivo de atender à demanda pela formação de professores, o então secretário de Educação e Cultura solicitou à Comissão de Ensino Superior a autorização para o funcionamento desse curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória. Essa autorização foi concedida pelo Parecer n.º 335, constante do Processo n.º 12/484/57, aprovado no dia 15-10-1958 pela Comissão de Ensino Superior.

Mesmo com a federalização da Universidade Estadual do Espírito Santo, ocorrida no ano de 1961, suas escolas e faculdades continuaram funcionando de forma isolada e nenhuma mudança na sua organização estrutural foi realizada nas faculdades e escolas integradas à então Universidade Federal do Espírito Santo-UFES.

Especificamente no que tange à formação de professores, no ano de 1962 o Conselho Federal de Educação, pelo Parecer n.º 292/62, estabeleceu o currículo mínimo para os cursos de licenciatura, substituindo o curso de Didática pela Prática

de Ensino e introduzindo de forma obrigatória os Estágios Supervisionados (BITTE, 2001).

Apesar da extinção do “Curso de Didática” do Esquema 3 + 1, se observarmos a nova organização estrutural dos cursos de licenciatura em quatro anos, na qual a formação pedagógica é oferecida no final do curso, notamos que, implicitamente, tal esquema ainda não saiu do plano formal, tanto quanto seria de se desejar, na medida em que a formação pedagógica aparece como um apêndice na formação do professor e cujo modelo persistiu até o ano de 2001 (BITTE, 2001).

No ano de 2002, o Conselho Departamental do Centro Pedagógico adotou a nomenclatura de Centro de Educação, também em face de concentrar a formação de professores da UFES, atendendo as suas dezessete licenciaturas.

2 | NOVOS FIOS: AMPLIANDO AS REFLEXÕES...

A busca por tentar desvelar os saberes, não saberes, bem como os fazeres e não fazeres na implementação do Estágio Curricular Supervisionado, destacando seus limites e contribuições para a formação docente, exige, em um primeiro momento, esforços para apreendê-lo na respectiva da legislação educacional. Esse exercício pode possibilitar, por sua vez, traçarmos um contraponto entre o prescrito e o efetivado, ou seja, permite desvelar os modos por meio dos quais a formação de professores foi sendo organizada, no que se refere ao âmbito eminentemente prático dessa formação.

De acordo com Fracalanza (1982), uma retrospectiva histórica à legislação educacional relacionada com a formação docente permite visualizar uma sequência cronológica, no tocante às diferentes fases da Prática Docente nos Cursos Superiores de Licenciatura. Essa sequência pode ser caracterizada por três diferentes marcos: o primeiro, de 1930 a 1946, período inicial de formação de professores em nível superior, no qual a Prática Docente ainda não fora instituída por Lei. O segundo marco histórico compreende o período de 1946 a 1962, no qual a Prática Docente foi regulamentada por lei, devendo desenvolver-se nos Ginásios de Aplicação, anexos às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. O terceiro marco se inicia em 1962, com a determinação legal de que a Prática de Ensino passasse a realizar-se sob a forma de Estágios Curriculares Supervisionados em escolas da comunidade, e se estende até os dias atuais.

No tocante à formação docente no Brasil, conforme assevera Fracalanza (1982), o Decreto-Lei número 9053, de 12 de março de 1946, obriga as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras a criarem Ginásios de Aplicação, destinados especialmente à realização da Prática de Ensino. Posteriormente, tal Decreto foi complementado pelo Decreto-Lei 9092, de 26 de março de 1946, pelo qual as Faculdades de Filosofia passavam a ter duas alternativas para a formação pedagógica dos professores: por

meio de uma formação didática, teórica e prática, no Ginásio de Aplicação, acrescida de um curso de Psicologia Aplicada à Educação, e/ou por meio do já conhecido Curso de Didática, complementado pela prática docente realizada nos Ginásios de Aplicação. A publicação desses dois Decretos-Leis passa a ser um marco histórico significativo na formação docente, pois registram “a primeira alusão que se faz à formação didática prática do professor, em nível superior, na letra da Lei” (FRACALANZA, 1982, p. 27).

Não obstante a obrigatoriedade legal de uma Prática de Ensino, o que se verificou, de fato, conforme informa Fracalanza (1982), é que foram poucas as Faculdades de Filosofia que criaram os seus Ginásios de Aplicação.

No ano de 1961, após tramitar no Congresso Nacional por treze anos antes de ser aprovada, entra em vigor a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024/61. Conforme afirma Veiga (1994), essa Lei não trouxe contribuições significativas para a formação voltada ao magistério. O que predominou foi o formalismo didático, por meio de planos de ensino elaborados segundo normas preestabelecidas, visando à realização de objetivos em curto prazo, enquanto a prática pedagógica era vista como estratégia para o alcance dos “produtos” previstos para o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, no ano de 1962, sob vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961), o então Conselho Federal de Educação, pelo Parecer 292/62, de 14 de novembro de 1962, modificou a orientação legal anteriormente adotada para a formação pedagógica do professor pelas Faculdades de Filosofia. Esse Parecer, ao estabelecer a obrigatoriedade da Prática de Ensino na formação dos professores, instituindo-a como objeto do mínimo curricular, também definiu que sua realização deveria ocorrer sob a forma de Estágios Curriculares Supervisionados, a serem cumpridos, de preferência, em escolas da comunidade.

Portanto, é com o Parecer CFE 292/62 que se institui a exigência da Prática de Ensino sob a forma de Estágio Curricular Supervisionado, a ser realizada em escolas da rede de ensino, onde o futuro professor seria assistido por educadores especialmente designados para orientá-lo. Esse parecer trouxe um grande avanço para a formação inicial de professores, ao definir que o Estágio tivesse a duração de um semestre letivo. No entanto, ao explicitar que o Estágio deveria realizar-se em escolas da rede de ensino, onde os futuros professores teriam a possibilidade de “aplicar” os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do seu curso, a prática passou a ter mais um significado de “treinamento”, conforme nos aponta Benincá (2002),

O conceito de prática era visto como o desenvolvimento de habilidades instrumentais necessários ao desempenho docente, ou seja, o treinamento em situações experimentais e a utilização de técnicas de ensino era considerado a priori como necessário ao bom desempenho docente. A formação é, assim, uma via de mão única: do curso para a escola. Para o professor desempenhar sua

função, é suficiente saber lançar mão adequadamente das técnicas de ensino (2002, p.87-88).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, em março de 1964, ocorreu o Golpe Militar que, segundo Saviani (2009), trouxe uma reorientação da legislação educacional. No intuito de garantir a ordem socioeconômica ajustou-se, por meio da Lei 5.540/68, a organização do ensino superior e, pela Lei 5692/71, alterou-se o ensino primário e médio, que passaram a ser denominados de ensino de primeiro e segundo grau.

Por determinação do Parecer 627/69, o Estágio Curricular Supervisionado passa a ter sua carga horária ampliada, devendo atingir o mínimo de 5% (cinco por cento) da carga horária total do Curso de Formação. No entanto, conforme lembra Pimenta (1993), a prática pedagógica tinha, nessa época, forte marca da reprodução de modelos e padrões de aplicação na sala de aula. Isto é, imitavam-se práticas docentes observadas que depois eram “reproduzidas” na realização do ofício docente.

Essa forma se aprofunda na década subsequente, porque o Estágio passa a ser concebido como sinônimo de Prática de Ensino, conforme prescreve a Lei 5.692/71 e regulamentado pelo Parecer do então Conselho Federal de Educação (CFE). Estes dois documentos estabelecem que a Didática deveria fundamentar a Metodologia do Ensino, sob o tríplice aspecto de planejamento, de execução do ato docente-discente e de verificação da aprendizagem, conduzindo à Prática de Ensino e com ela identificando-se sob a forma de estágio supervisionado. Ou seja, uma concepção de estágio fortemente marcada pela dicotomia teoria e prática.

A abertura política brasileira, ocorrida na década de 1980, associada ao avanço da Pós-Graduação e ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, trouxe a reflexão de que a escola poderia ser analisada na perspectiva dialética. Essa perspectiva defende que ao mesmo tempo em que se reproduz as condições de dominação, também se pode promover a superação e a emancipação do homem (LIMA, 1995), acirrando-se os debates e a necessidade de mudanças no cenário da política nacional. Conforme aponta Saviani:

Nesse contexto foi-se impondo a exigência de se modificar por inteiro o arcabouço da Educação nacional. A oportunidade surgiu com a instalação de um governo civil (a Nova República) e a elaboração de uma nova constituição federal. A nova constituição promulgada em 5/10/1988, consagrou várias aspirações e conquistas decorrentes da mobilização da comunidade educacional e dos movimentos sociais organizados. Da comunidade educacional surgiu, também, o projeto de uma nova LDB que deu entrada na Câmara dos deputados em dezembro de 1988, cuja característica mais marcante foi o empenho em liberar a política educacional da política miúda permitindo ultrapassar as descontinuidades que as têm marcado em nossa História. Entretanto, a interferência do governo impediu que esse projeto fosse adiante. Em seu lugar foi aprovada a proposta apresentada pelo Senador Darcy Ribeiro, mais maleável aos propósitos da política governamental, que deu origem à nova LDB (Lei nº 9394), promulgada em 20/12/1996 (SAVIANI, 2009, p.36).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), não pode ser considerada propriamente inovadora, mas, conforme aponta Demo (1997, p. 12), “contém [...] dispositivos [...] flexibilizadores, permitindo avançar em certos rumos”. Exemplo dessa flexibilização pode ser observado no título referente à organização da Educação Nacional, que traz, em seu artigo 9º, a incumbência da União de “[...] elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios” (BRASIL, 1996, p. 3), cabendo aos estabelecimentos de ensino a tarefa de “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, p. 5) em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Especificamente no que se refere aos cursos de licenciatura em Ciências Humanas (Geografia, História, Filosofia e Ciências Sociais) da Universidade Federal do Espírito Santo, eleitos como o universo de nossa pesquisa, o que se observa é que os mesmos tem passado por sucessivas alterações, tanto sob o ponto de vista curricular quanto de duração, procurando atender aos Decretos, Pareceres, à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do Governo Federal, e às Decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Federal do Espírito Santo.

Em decorrência disso, no final do séc. XX a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96), em conjunto com os Pareceres e Resoluções que resultaram na definição das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura, apontaram para a reformulação curricular (Parecer CNE/CP 28/2001 e Resolução CNE/CP nº 002/2002). Nesse sentido, os cursos de Ciências Humanas elaboraram seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos, implantados a partir de 2006. Atualmente, todos os Projetos Pedagógicos estão em fase de reformulação, visando atender à Resolução N° 2/2015, do Conselho Nacional de Educação que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”.

Especificamente no que se refere ao Estágio Curricular Supervisionado, as Resoluções CNE/CP nº 002/2002 e nº 2/2015, estabelecem tratar-se de uma disciplina obrigatória, com carga horária mínima de 400 horas, a ser cumprida a partir da segunda metade do curso.

3 | ENTRE SABERES E FAZERES: ENTRELAÇANDO OS FIOS...

Conforme já mencionado anteriormente e no intuito de desvelar as possibilidades formativas propiciadas pelo Estágio Supervisionado Curricular, buscamos traçar um paralelo entre o prescrito (legislação educacional) e o objetivado pelos professores responsáveis pelo Estágio Supervisionado Curricular. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa, cuja metodologia empregada apoiou-se nos pressupostos da História Oral Temática.

A opção pela História Oral se justifica tendo em vista que a mesma se apresenta como uma forma do fazer histórico e intimamente relacionada com os acontecimentos do tempo presente. Ela possibilita o resgate de diferentes interpretações acerca da História vivida, constituindo-se em uma forma democrática do fazer histórico, possibilitando ao pesquisador o contato com os atores sociais e suas lembranças, esquecimentos, ressentimentos e sentimentos (POLLAK, 1992; ROUSSO, 1998).

Segundo Bom Meihy (1996)

História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma História do tempo presente e também conhecida por História viva(...) a História Oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida mantendo um compromisso com o contexto social (BOM MEIHY, 1996, p. 13).

Assim, buscamos por narrativas de professores responsáveis pela disciplina nas licenciaturas mencionadas, tendo como foco investigativo o Estágio Curricular Supervisionado nas licenciaturas em História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais, mantidas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Nossos sujeitos são docentes do Centro de Educação, responsáveis pelo Estágio nos referidos cursos nos últimos três anos (2015-2018).

Na Universidade Federal do Espírito Santo, conforme prescreve a Resolução 75/2010 do CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Estágio e em conformidade com a Resolução nº 02/2015 do Conselho Nacional de Educação, os Estágios Supervisionados Curriculares se constituem em disciplinas obrigatórias, observando a carga horária mínima de 400 horas, distribuídas a partir da segunda metade dos Cursos de Licenciatura, conforme estabelecido pelos seus respectivos Projetos Pedagógicos.

No entanto, embora os diferentes Cursos de Licenciatura tenham autonomia para organizar e distribuir a carga horária destinada à disciplina de Estágio em suas respectivas grades curriculares, é o Centro de Educação que se responsabiliza pela oferta da mesma a todas as licenciaturas, conforme prescreve o Art. 5º da Resolução 75/2010-CEPE/UFES. Assim, nos quatro cursos que constituem a área de Ciências Humanas, o Estágio Supervisionado Curricular vem sendo implementado de diferentes formas.

Portanto, para melhor compreendermos as vozes dos professores responsáveis pela objetivação do Estágio Supervisionado Curricular nesses cursos, faz-se necessário, inicialmente, conhecermos como a referida disciplina vem sendo ofertada nas grades curriculares dos respectivos cursos.

No curso de licenciatura em Geografia, o Estágio Supervisionado Curricular é desenvolvido em duas etapas, sendo o Estágio Supervisionado I, com carga horária de 200 horas, ofertado no quinto período, e o Estágio Supervisionado II, também com carga horária de 200 horas, ofertado no sétimo período.

Já no curso de licenciatura em História, o Estágio vem sendo desenvolvido em três etapas. O Estágio Supervisionado em História I, com carga horária de 150 horas, ofertado no sexto período; Estágio Supervisionado em História II, também com carga horária de 150 horas e ofertado no sétimo período. Já o Estágio Supervisionado em História III é ofertado no oitavo período com uma carga horária de 105 horas.

No Curso de licenciatura em Ciências Sociais, o Estágio Supervisionado Curricular também vem sendo desenvolvido em duas etapas: Estágio Supervisionado I, com carga horária de 210 horas, ofertado no sétimo período; e Estágio Supervisionado II, com carga horária de 210 horas, ofertado no oitavo período.

Também na licenciatura em Filosofia, o Estágio é desenvolvido em duas etapas: o Estágio de Filosofia, ofertado no sétimo período, com uma carga horária de 200 horas; e Estágio Supervisionado de Ensino de Filosofia, com carga horária de 200 horas, ofertado no oitavo período.

Para atender às demandas por oferta da disciplina de Estágio Supervisionado Curricular, oriundas dos cursos de licenciatura em Filosofia e em Ciências Sociais, o Departamento de Educação, Política e Sociedade, do Centro de Educação, conta apenas com um professor para cada curso. Já para os cursos de licenciatura em Geografia, o Departamento conta, atualmente, com três professores, enquanto que para o Curso de licenciatura em História, conta com quatro docentes.

As vozes dos professores entrevistados nos desvelam inúmeros obstáculos, bem como sinalizam diferentes estratégias utilizadas. Conforme narrativas do professor responsável pela disciplina de Estágio na licenciatura em Filosofia, um obstáculo que se impõe, de imediato, ao desenvolvimento das atividades da disciplina, se refere às dificuldades em encontrar campos de estágio. Segundo relata, a disciplina de Filosofia na Educação Básica é ofertada em uma única aula semanal, o que impede a concentração de alunos estagiários em poucas escolas, forçando a eleição de vários campos de estágio, que são, via de regra, distantes entre si, não favorecendo um acompanhamento e supervisão mais próxima.

Os estagiários são orientados, quando de sua imersão na realidade escolar, a identificar e eleger alguma situação de ensino, tomando-a como tema do relatório do estágio. Em seguida, de acordo com suas narrativas, o professor responsável pela disciplina de Estágio orienta um trabalho escrito sobre a situação identificada pelo estagiário e eleita como tema do relatório do estágio, individual e sempre acompanhado de estudo bibliográfico. Esse trabalho precede ao relatório final individual.

Ainda segundo o professor de Estágio, o curso de licenciatura em Filosofia é oferecido exclusivamente no turno noturno, com a característica de que a grande maioria de seus alunos são trabalhadores. Isso, segundo suas avaliações, também se apresenta como um obstáculo, pois seus alunos precisam conciliar as atividades de Estágio na escola com as demais disciplinas que estejam cursando. Para tentar contornar esse obstáculo, o professor tem organizado o desenvolvimento da disciplina da seguinte forma: aulas de instrumentalização na UFES, durante as primeiras

quatro semanas; a definição da escola, a preparação do plano de trabalho, as visitas de conhecimento, e o encontro com os responsáveis pedagógicos. Nos meses subsequentes acontecem reuniões quinzenais na UFES, sendo que, nesse período, os estagiários se dedicam plenamente ao seu trabalho na escola. Por fim, segundo narrativas do professor, no quarto mês ocorrem atividades finais de encerramento dos estágios na escola e na UFES, sendo que na primeira quinzena são promovidos Seminários de avaliação, ficando para a segunda quinzena a entrega, discussão e avaliação dos respectivos relatórios.

Já no Curso de licenciatura em Ciências Sociais, segundo narrativas da professora responsável pela oferta do Estágio, a disciplina vem sendo oferecida vinculada à disciplina Sociologia no ensino médio. As atividades podem ser desenvolvidas tanto no ensino regular, como no profissionalizante ou no EJA. São ofertadas até 60 vagas para os alunos do curso vespertino e noturno, alternando-se semestralmente o oferecimento destas disciplinas nestes dois turnos.

Para sua implementação, segundo narrativas da mesma, os estágios têm sido desenvolvidos em várias das 159 escolas públicas estaduais na região metropolitana de Vitória, além das que funcionam em unidades de internação para jovens infratores (IASSES), que também recebem alguns estagiários.

A exemplo do que ocorre com o curso de Filosofia, um grande obstáculo para o desenvolvimento do Estágio se refere à dificuldade em encontrar campos para a realização das atividades práticas, visto que nas escolas públicas da região, a disciplina de Sociologia que compõe a grade curricular do ensino médio tem apenas uma aula semanal. Assim, visando contornar esse obstáculo, o Estágio vem sendo realizado, segundo narrativas da professora entrevistada, nos três turnos, conforme escolhas individuais dos licenciandos, atendendo aos horários disponíveis nas escolas. Se, por um lado, essas peculiaridades enriquecem e ampliam as atividades, por outro, intensificam as dificuldades de acompanhamento e supervisão.

No que se refere às questões metodológicas, segundo narra nossa entrevistada, as mesmas passam pela discussão de questões teóricas e de questões advindas das observações e da prática na escola, pautados na indissociabilidade entre teoria e prática, e entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a partir de perspectivas das Ciências Sociais.

A seleção da escola onde serão realizadas as atividades práticas fica sob responsabilidade do próprio licenciado e, em seguida, se consolida a parceria com o termo de compromisso da Pró-Reitoria de Graduação. Para a execução do estágio, o licenciando, em discussões com o professor da escola, elabora um Plano de Atividades a serem desenvolvidas. Esse plano deve conter a pesquisa de campo na escola e na sala de aula, a observação e acompanhamento do planejamento pedagógico, das aulas, avaliações, e as regências. Ao longo do semestre letivo são realizados encontros semanais, nos quais são feitas discussões teóricas e são apresentados os resultados da pesquisa e observação na escola, culminando com a apresentação do

relatório final à turma.

A licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo tem sido ofertada, semestralmente, nos turnos matutino e noturno. Conforme já mencionado anteriormente, a carga horária total de 400 horas do Estágio Supervisionado Curricular está dividida em Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II. A exemplo do que ocorre nas demais licenciaturas, se apresenta como obstáculo para a efetivação das atividades a existência de poucas escolas campo dispostas a um trabalho em parceria. Outro problema é a prevalência de turmas com elevado número de estagiários, dificultando ainda mais a inserção dos mesmos no campo e o acompanhamento *in loco*. Esse obstáculo se intensifica no turno noturno.

Conforme narrativas dos professores responsáveis pelo Estágio na licenciatura em Geografia, o eixo norteador das atividades que vem sendo desenvolvidas se pauta na busca pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, embasando a concepção de Estágio Curricular como um campo de conhecimento. Nessa direção e com tal concepção, os professores responsáveis tanto pelo Estágio Supervisionado I quanto pelo Estágio Supervisionado II tem adotado procedimentos metodológicos como aulas dialogadas, registro das atividades de estágio nas escolas campo, estudos dirigidos de textos, exibição e análise de filmes e outros vídeos, além da realização de entrevistas com docentes e discentes, aulas de campo, relatos de experiências docentes e produção de pôsteres e portfólios.

Segundo narrativas do professor responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado I, ao propiciar as atividades de inserção dos estagiários no cotidiano da escola de educação básica, os mesmos são subsidiados para observar o cotidiano e as práticas do professor parceiro, tomando tal imersão como campo de conhecimento. Para tanto, em um primeiro momento são realizados encontros na Universidade, para leituras, debates e reflexões que subsidiem e instiguem o olhar crítico-reflexivo acerca da complexidade do ser/estar professor. As percepções, vivências e experiências decorrentes dessa imersão na escola de educação básica tem subsidiado as discussões e reflexões propiciadas por encontros presenciais na Universidade.

Ainda segundo narrativas do professor, paralelamente a esse momento de imersão, debates e reflexões acerca do cotidiano escolar e da profissão docente, as/os licenciandas/os são orientados a buscarem professoras/es experientes, atuantes na Educação Básica, para a realização de entrevistas. A realização dessas entrevistas segue os pressupostos da metodologia da história oral temática, e permite colher depoimentos e narrativas acerca de metodologias de ensino, desenvolvidas e implementadas pelas/os professores entrevistados, no cotidiano da sala de aula e cujos resultados foram considerados positivos para a efetivação da aprendizagem. Essas entrevistas, uma vez transcritas, conferidas e cedidas pelos professores entrevistados, subsidiam a elaboração de pôsteres divulgando tais experiências de ensino, os quais são expostos nas dependências do Centro de Educação, visando

atingir um maior número de interessados na formação/ação docente. Assim, nas narrativas do professor responsável pela disciplina Estágio Supervisionado I, a oferta e desenvolvimento da mesma busca abarcar atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, que é o tripé de sustentação da Universidade e sobre o qual deve erigir a função/profissão docente.

De acordo com narrativas do professor responsável pela disciplina Estágio Supervisionado II, na licenciatura em Geografia e considerando a metodologia predominante na oferta e desenvolvimento do Estágio Supervisionado I, a prática docente, de modo geral, tem sido mais exercitada no Estágio Curricular II, quando as/os licenciandos planejam e trabalham aulas no ensino médio, sob acompanhamento do professor experiente e sob supervisão do professor responsável pela disciplina na Universidade.

Outra forma de trabalho concretizada no Estágio Curricular II, tem sido a denominada “Geografia pé na estrada”, que consiste, basicamente, na realização de aulas de campo com as/os licenciandos em espaços extraescolares, que oferecem variadas possibilidades de pesquisas e estudos geográficos. De acordo com o professor de Estágio Supervisionado II, após a realização dessas visitas, as/os licenciandos são orientadas/os na elaboração de projetos escolares, sequências didáticas e/ou roteiros de estudo, envolvendo estudantes da educação básica, sujeitos com os quais trabalharão, caso venham a atuar na docência.

A licenciatura em História é oferecida nos turnos vespertino e noturno. A carga horária da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, que também contempla as 400 horas, está dividida em Estágio I, II e III. Conforme narrativas da professora, apesar de serem quatro professores formados em História e responsáveis pela Área de Ensino de História, os mesmos também são chamados e pressionados, pelas demandas do Centro de Educação, a trabalharem as disciplinas do curso de Pedagogia, o que sobrecarrega ainda mais os encargos docentes. Inclusive, o último concurso para professor em seu edital contemplou as áreas de Ensino de História e História da Educação, para o Curso de Pedagogia.

Conforme previsto na Resolução 75/2010 o Estágio Supervisionado Curricular possui carga horária teórica e prática de, respectivamente, 40 % e 60%. O documento destaca em seu Art. 9º que “compete ao docente orientador de Estágio Supervisionado Curricular: (...) supervisionar o estágio *in loco*, pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do Plano de Estágio, em conjunto com os profissionais do campo de estágio”.

Em sua narrativa, a professora de estágio destaca que é na dimensão prática que se encontra a polifonia de vozes em relação à área de Ensino de História. Para ela, essa polifonia de vozes pode ser decorrente da sobrecarga de alunos por turma. A resolução 75/2010 estabelece 24 alunos por turma, o que está longe de se efetivar, na prática, com os Estágios de História que já chegaram a ter turmas com 30, 35 e 40 alunos.

Assim, a professora questiona como realizar um trabalho *in loco*, com essa quantidade de alunos, que realmente possa contribuir, de forma efetiva, para a formação do futuro professor. Outro agravante destacado pela professora é a oferta da carga horária prática que está especificada em horários não condizentes com o turno em que o aluno está matriculado, o que dificulta, e muito, a realização prática. A professora destaca que em todo início de semestre existe uma tensão entre os alunos de como será efetivada a parte prática do Estágio. A negociação de dias e horários para a realização da prática torna-se um transtorno para alunos e a professora.

Para a professora o trabalho organizado, frente a essas questões, reflete no acompanhamento das atividades realizadas nas escolas que se diversificam de acordo com o desenvolvimento, envolvimento e com as condições de trabalho do professor.

A professora destaca que, na escuta com os outros parceiros de trabalho apesar de todos os desafios, aqui e acolá acontece, parcialmente, o desejado: a partir da observação e participação são trabalhadas as regências (observadas pelo professor responsável pela disciplina de estágio e o professor de campo), feiras culturais, projetos relacionados às temáticas observadas no cotidiano escolar, projeto rádio escola, seminários com professores da educação básica, e seminários envolvendo a escola e a comunidade. Na dimensão teórica, são debatidos textos relacionados ao ensino de História, apresentados seminários, realização de prova, estudo de campo, e orientação dos planos de aula e os projetos desenvolvidos nas escolas.

4 | INTERROMPENDO A TESSITURA: A NECESSIDADE DE NOVOS FIOS...

As reflexões aqui apresentadas referem-se a resultados parciais, cuja pesquisa, em andamento, já nos revela que na sua regulamentação enquanto disciplina, o Estágio Supervisionado Curricular conta com a instituição de preceitos a serem seguidos. No entanto, entre o previsto e aquilo que tem sido objetivado existem lacunas a serem mitigadas. Não obstante, para além dos inúmeros limites e obstáculos detectados, saberes e fazeres vem sendo implementados aqui e acolá.

Mediante a constatação de que, nas tramas entre o prescrito e o que realmente vem sendo objetivado no cotidiano do Estágio, múltiplos saberes e fazeres vem sendo implementados. Depreende-se, daí, a importância e relevância da sistematização e socialização de tais saberes, visto que os mesmos podem subsidiar novos saberes e outros fazeres na complexa tarefa de tecer uma identidade que qualifique e subsidie o Estágio Supervisionado Curricular.

Trata-se, pois, de uma tessitura inconclusa e que requer novos fios, novos olhares, novas vozes que contribuam para desvelar e deixar pistas dos saberes e fazeres considerados positivos, não permitindo que tais práticas fiquem confinadas aos segredos das salas de aula, contribuindo, quiçá, para estimular a produção,

reprodução e mobilização de outros tantos saberes, em busca da melhoria na qualidade da formação e ação docente.

REFERÊNCIAS

BENICÁ, Elli; CAIMI, Flávia Eloisa (Org.). **Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática**. Passo Fundo: Universitária, 2002

BITTE, R. C. F. **A formação de professores no Curso de História da UFES: o discurso histórico sobre a relação teoria e prática pedagógica**. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2001.

BOM MEIHY, José Carlos S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

BORGIO, I. A. **UFES: 40 anos de história**. Vitória: SPDC/UFES, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília-DF. 20 de Nov. de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em Jan. 2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 28/2001** de 02.10.2001, do Conselho Nacional de Educação. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação plena. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>. Acesso em 07.01.2019.

BRASIL. **Resolução 02/2002**, de 19.02.2002, do Conselho Nacional de Educação. Institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 07.01.2019.

BRASIL. **Resolução 02/2015**, de 01.07.2015, do Conselho Nacional de Educação. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 11.02.2019.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e avanços**. Campinas-SP: Papyrus, 1997.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS (Espírito Santo). **Relatório**. Vitória, 1953

FRACALANZA, D. C. **A Prática de Ensino nos Cursos Superiores de Licenciatura no Brasil**. 1982, 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1982.

LIMA, M. S. L. **O Estágio Supervisionado como elemento mediador entre a formação inicial do professor e a Educação continuada**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e Docência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação do professor. Um estudo do estágio nos cursos de Magistério 2º Grau desenvolvido nos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAM**. 1993. Tese (Livre Docência em Educação). Universidade de São Paulo. São

SOBRE A ORGANIZADORA

Kelly Cristina Campones - Mestre em Educação (2012) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa , na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. É professora especialista em Gestão Escolar, pela Universidade Internacional de Curitiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004) diplomada para Administração, Direção e Supervisão Escolar . Membro do GEPTADO- Grupo de Pesquisa sobre o trabalho docente na UEPG. Tem experiência como docente e coordenadora na: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, graduação e pós-graduação. Atualmente é professora adjunta na Faculdade Sagrada Família com disciplinas no curso de Licenciatura em Pedagogia. Tem ampla experiência na área educacional atuando nas seguintes vertentes: educação infantil, processo de ensino aprendizagem; gestão; desenvolvimento e acompanhamento de projetos ; tecnologias educacionais; entre outros.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-482-5

